



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SERVIÇO DE OPERAÇÕES TÁTICAS - SOT/COT/DIREX/PF

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 3677201/2017-SOT/COT/DIREX/PF

Processo nº 08211.000696/2017-57

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO

(COMPRAS)

COMANDO DE OPERAÇÕES TÁTICAS DA POLÍCIA FEDERAL

1. DO OBJETO

1.1 O presente Termo de Referência tem como finalidade eventual aquisição de equipamentos e acessórios e sua respectiva montagem/instalação para aparelhar os dois ambientes destinados para práticas de atividades físicas do novo edifício sede do COT/DIREX/PF, para atender às necessidades do Comando de Operações Táticas, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento e seus Anexos:

GRUPO	ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	CÓDIGO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO
01	01	SBM	Suporte para Barra / Mergulho / Elevação das Pernas (<i>Chin /Dip</i> <i>/Leg Raise</i>):		UNIDADE	01
02	02	BMA	Banco Multi-Ajustável		UNIDADE	03
03	03	BRM	Banco Reto Multiuso		UNIDADE	02
04	04	BAD	Banco Ajustável Declinado / Abdominal		UNIDADE	02
05	05	BEL	Banco para Extensão Lombar		UNIDADE	02

GRUPO	ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	CÓDIGO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO
06	06	BOSR	Banco Olímpico para Supino Reto		UNIDADE	01
07	07	BSRV	Banco para Supino Reto Vertical com Braços Articulados Independentes e Convergentes		UNIDADE	01
08	08	BSIV	Banco para Supino Inclinado Vertical com Braços Articulados Independentes e Convergentes		UNIDADE	01
09	09	BSDV	Banco para Supino Declinado Vertical com Braços Articulados Independentes e Convergentes		UNIDADE	01
10	10	RA	Rack para Agachamento		UNIDADE	01
11	11	CEP	Cadeira Extensora das Pernas Sentada com Braços Articulados Independentes		UNIDADE	01
12	12	MAL	Máquina para Agachamento ('Leg Press') Linear Declinado a 45°		UNIDADE	01
13	13	CFP	Cadeira Flexora das Pernas Ajoelhada com Braços Articulados Independentes		UNIDADE	01
14	14	BP	Banco para Panturrilha		UNIDADE	01
15	15	PDA	Pulley Duplo Ajustável		UNIDADE	01
16	16	ME	Multi-Estação de 8 Posições		UNIDADE	01
17	17	SM	Máquina Smith ('Smith Machine')		UNIDADE	01

GRUPO	ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	CÓDIGO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO
18	18	BDO	Banco para Desenvolvimento de Ombros com Braços Articulados Independentes e Convergentes		UNIDADE	01
19	19	BFB	Banco para Flexão de Braços ('Scott')		UNIDADE	01
20	20	MFB	Máquina para Flexão de Braços Sentada com Braços Articulados Independentes		UNIDADE	01
21	21	MRA	Máquina para Remada Alta Sentada com Braços Articulados Independentes		UNIDADE	01
22	22	MRS	Máquina para Remada Sentada com Braços Articulados Independentes:		UNIDADE	01
23	23	MPF	Máquina para Peitoral Tipo "Fly" / Deltóide Posterior com Braços Articulados Independentes		UNIDADE	01
24	24	MEL	Máquina para Elevação Lateral dos Braços		UNIDADE	01
25	25	MET	Máquina para Extensão de Tríceps Sentada com Braços Articulados Independentes		UNIDADE	01
26	26	JAM	Máquina 'Jammer'		UNIDADE	01
27	27	MAT	Máquina para Agachamento e Levantamento Terra com Braços Articulados Independentes		UNIDADE	01
28	28	EEE	Esteira Ergométrica Elétrica Profissional de Alto Desempenho		UNIDADE	04

GRUPO	ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	CÓDIGO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO
29	29	BES	Bicicleta Estacionária Tipo 'Spinning'		UNIDADE	02
30	30	SE	Simulador de Escada		UNIDADE	02
31	31	APO1	Anilhas Padrão Olímpico de 2 (ou 2,5) kg		UNIDADE	32
	32	APO2	Anilhas Padrão Olímpico de 5 kg		UNIDADE	25
	33	APO3	Anilhas Padrão Olímpico de 10 kg		UNIDADE	50
	34	APO4	Anilhas Padrão Olímpico de 20 kg		UNIDADE	40
32	35	BOA	Barra Olímpica de 20 kg em Aço		UNIDADE	08
33	36	BTA	Barra Técnica de 15 libras (6,8 kg) em Alumínio		UNIDADE	03
34	37	BOH	Barra Olímpica com Pegada Neutra (em "H") em Aço		UNIDADE	02
35	38	BOEZ	Barra Olímpica Curvada EZ em Aço		UNIDADE	02
36	39	BHA	Barra Hexagonal ('Trap Bar') em Aço		UNIDADE	02
37	40	RHC	Rack (Estante) Profissional de Halteres de Discos Cilíndricos para 10 pares de halteres		UNIDADE	03
38	41	HP1	Halteres Profissionais tipo <i>Dumbbell</i> de Disco Cilíndrico de 10 kg		PAR	03

GRUPO	ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	CÓDIGO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO
	42	HP2	Halteres Profissionais tipo <i>Dumbbell</i> de Disco Cilíndrico de 12 kg		PAR	03
	43	HP3	Halteres Profissionais tipo <i>Dumbbell</i> de Disco Cilíndrico de 14 kg		PAR	03
	44	HP4	Halteres Profissionais tipo <i>Dumbbell</i> de Disco Cilíndrico de 16 kg		PAR	02
	45	HP5	Halteres Profissionais tipo <i>Dumbbell</i> de Disco Cilíndrico de 18 kg		PAR	02
	46	HP6	Halteres Profissionais tipo <i>Dumbbell</i> de Disco Cilíndrico de 20 kg		PAR	02
	47	HP7	Halteres Profissionais tipo <i>Dumbbell</i> de Disco Cilíndrico de 22 kg		PAR	02
	48	HP8	Halteres Profissionais tipo <i>Dumbbell</i> de Disco Cilíndrico de 24 kg		PAR	02
	49	HP9	Halteres Profissionais tipo <i>Dumbbell</i> de Disco Cilíndrico de 26 kg		PAR	01
	50	HP10	Halteres Profissionais tipo <i>Dumbbell</i> de Disco Cilíndrico de 28 kg		PAR	01
	51	HP11	Halteres Profissionais tipo <i>Dumbbell</i> de Disco Cilíndrico de 30 kg		PAR	01

GRUPO	ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	CÓDIGO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO
	52	HP12	Halteres Profissionais tipo <i>Dumbbell</i> de Disco Cilíndrico de 32 kg		PAR	01
	53	HP13	Halteres Profissionais tipo <i>Dumbbell</i> de Disco Cilíndrico de 34 kg		PAR	01
	54	HP14	Halteres Profissionais tipo <i>Dumbbell</i> de Disco Cilíndrico de 36 kg		PAR	01
	55	HP15	Halteres Profissionais tipo <i>Dumbbell</i> de Disco Cilíndrico de 38 kg		PAR	01
	56	HP16	Halteres Profissionais tipo <i>Dumbbell</i> de Disco Cilíndrico de 40 kg		PAR	01
	57	HP17	Halteres Profissionais tipo <i>Dumbbell</i> de Disco Cilíndrico de 42 kg		PAR	01
	58	HP18	Halteres Profissionais tipo <i>Dumbbell</i> de Disco Cilíndrico de 44 kg		PAR	01
39	59	RHH	Rack (Estante) Profissional de Halteres em Torre		UNIDADE	02
40	60	HH1	Halteres Profissionais tipo <i>Dumbbell</i> de Cabeça Hexagonal ou Octogonal de 3 kg		PAR	01
	61	HH2	Halteres Profissionais tipo <i>Dumbbell</i> de Cabeça Hexagonal ou Octogonal de 4 kg		PAR	01

GRUPO	ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	CÓDIGO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO
	62	HH3	Halteres Profissionais tipo <i>Dumbbell</i> de Cabeça Hexagonal ou Octogonal de 5 kg		PAR	02
	63	HH4	Halteres Profissionais tipo <i>Dumbbell</i> de Cabeça Hexagonal ou Octogonal de 6 kg		PAR	02
	64	HH5	Halteres Profissionais tipo <i>Dumbbell</i> de Cabeça Hexagonal ou Octogonal de 7 kg		PAR	03
	65	HH6	Halteres Profissionais tipo <i>Dumbbell</i> de Cabeça Hexagonal ou Octogonal de 8 kg		PAR	03
	66	HH7	Halteres Profissionais tipo <i>Dumbbell</i> de Cabeça Hexagonal ou Octogonal de 9 kg		PAR	03
41	67	KTB1	'Kettlebell' de 9 libras (4 kg)		PAR	01
	68	KTB2	'Kettlebell' de 13 libras (6 kg)		PAR	02
	69	KTB3	'Kettlebell' de 18 libras (8 kg)		PAR	02
	70	KTB4	'Kettlebell' de 26 libras (12 kg)		PAR	03
	71	KTB5	'Kettlebell' de 35 libras (16 kg)		PAR	03
	72	KTB6	'Kettlebell' de 44 libras (20 kg)		PAR	03
	73	KTB7	'Kettlebell' de 53 libras (24 kg)		PAR	03
	74	KTB8	'Kettlebell' de 62 libras (28 kg)		PAR	03

GRUPO	ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	CÓDIGO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO
	75	KTB9	'Kettlebell' de 70 libras (32 kg)		PAR	01
	76	KTB10	'Kettlebell' de 80 libras (36 kg)		PAR	01
42	77	TO	Tatames Olímpicos para prática e competição oficial de Judô		UNIDADE	49
43	78	PE	Piso Emborrachado para Academias de Musculação e CrossFit		m²	190
44	79	PLP	Plataforma de Levantamento de Peso Olímpico		UNIDADE	02
45	80	GCF	Gaiola ('Rig') para CrossFit		ESTRUTURA	01
46	81	MDG	Máquina Desenvolvedora de Glúteos e Posteriores da Coxa (GHD)		UNIDADE	02
47	82	BEA	Bicicleta Estacionária com Resistência a Ar de Ação Dupla		UNIDADE	04
48	83	TT	Trenós de Tração		UNIDADE	02
49	84	SP1	Saco de Pancada de 0,70 x 0,90 m		UNIDADE	02
	85	SP2	Saco de Pancada de 1,20 x 0,90 m		UNIDADE	02
	86	SP3	Saco de Pancada de 1,60 x 1,00 m		UNIDADE	02
	87	SP4	Saco de Pancada e 1,80 x 1,00 m		UNIDADE	02
50	88	TCF	Timer para CrossFit e Lutas		UNIDADE	02

- 1.2 Os equipamentos consistem em bancos, suportes, pesos, barras, máquinas e equipamentos para a prática de musculação, CrossFit, atividades aeróbicas e de lutas, conforme descrição/especificações técnicas constantes do Anexo I-A deste Termo de Referência.
- 1.3 Os equipamentos destinam-se à composição dos dois ambientes para práticas de atividades físicas do novo edifício sede do COT/DIREX/PF, sendo que um dos espaços será equipado com aparelhos voltados para atividades aeróbicas e com equipamentos de musculação, e o outro, com racks e outros equipamentos para prática de CrossFit e área dedicada para lutas.
- 1.4 As especificações técnicas desses itens foram determinadas conforme avaliações das necessidades dos operadores do COT/DIREX/PF.
- 1.5 A licitação será dividida em itens e grupos, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens e grupos forem de seu interesse, sendo que no caso de participação em grupos a proposta deverá ser feita a todos os itens que o compõem. Os itens agrupados são pesos, no formato de anilhas, halteres e kettlebells, que devem ser da mesma fabricante e modelo, para garantir o escalonamento adequado e compatibilidade de uso entre os pesos de mesmo tipo.
- 1.6 Poderão participar deste Pregão as Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, qualificadas como tais nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.
- 1.7 As cotas reservadas para ME e EPP aos bens de natureza divisível serão as constantes do Anexo I-A, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender às necessidades da Administração e haja prejuízo para o conjunto dos itens a serem adquiridos.
- 1.8 Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.
- 1.9 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.
- 1.10 Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º do Decreto n. 8.538, de 2015.
- 1.11 Os quantitativos a serem adquiridos são os constantes do Anexo I-B deste Termo de Referência, no qual se encontram as estimativas do COT/PF.
- 1.12 Todo o material a ser fornecido deverá considerar a composição, características ou componentes sustentáveis, atendendo, dessa forma, o disposto na Instrução Normativa SLTI/MPOG Nº 01, de 19 de janeiro de 2010, Capítulo III, art. 5º, I,II,III e § 1º, exceto aqueles em que não se aplica a referida instrução.
- 1.13 A Contratada deverá comprometer-se com a Sustentabilidade Ambiental, nos termos das exigências impostas pela IN SLTI/MPOG Nº 01/2010, mediante a apresentação de Declaração, reconhecida em cartório, no ato da assinatura do contrato.
- 1.14 A Contratada deverá adotar, no que couber, as disposições da IN SLTI/MPOG Nº 01/2010; da Resolução CONAMA Nº 362, de 23 de junho de 2005; da Resolução CONAMA Nº 416, de 30 de setembro de 2009; bem como da Resolução CONAMA Nº 340, de 25 de setembro de 2003, para que seja assegurada a viabilidade técnica e o adequado tratamento dos impactos ambientais específicos.
- 1.15 A Contratada deverá, ainda, respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.
- 1.16 No caso de uso de madeira, esta deverá ser de reserva ambiental autorizada pelo IBAMA, ter Documento de Origem Florestal - DOF, conforme Instrução Normativa nº 112/2006 e orientações da Instrução Normativa nº 187/2008, ambas do IBAMA.
- 1.17 A empresa deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado comprovando que forneceu ou está fornecendo, a contento, pelo menos 30% (trinta por cento) do objeto pertinente e compatível com o deste Termo de Referência e seus Anexos.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A nova sede do COT foi concebida para abrigar duas academias. A primeira, localizada no Térreo, com área total de 278 m², dos quais 172 m² serão reservados para o ‘box’ de CrossFit e 106 m² serão separados para o ‘dojô’ (área para prática de lutas). A segunda, no Terraço, com área total de 276 m², será

reservada para a prática de musculação.

2.2. O treinamento de força (ou resistido), conhecido comumente como ‘musculação’ é uma forma de exercício contra resistência, praticado para o treinamento e desenvolvimento dos músculos esqueléticos. Esta forma de treinamento físico tem um papel de destaque dentre as atividades físicas, sendo recomendado pelas principais organizações de saúde do mundo como forma de se prevenir problemas de saúde e manter capacidades funcionais, além de poder ser usado com objetivos atléticos e terapêuticos. Seguindo essa orientação, as principais e mais bem organizadas unidades policiais – como o FBI, DEA, US Marshalls e Polícia Montada Canadense, dentre outras – recomendam que seus servidores destinem parte de seu treino diário a esta atividade.

O treinamento resistido é de fundamental importância na preparação física dos policiais, possibilitando o condicionamento das estruturas ósseas, articulares e musculares para as constantes atividades físicas dos operadores, além de fornecer suporte neuromuscular para a realização das demais atividades do dia-a-dia, dos demais treinamentos físicos e das operações propriamente ditas, o que reduz a incidência de lesões e melhora o desempenho nas atividades fim.

Portanto, a Musculação é a modalidade esportiva de escolha para um desenvolvimento mais setorizado de músculos (ou pequenos grupos musculares) e de seus tendões e ligamentos, para um trabalho de partes mais específicas do corpo.

2.3. O CrossFit é o principal programa de força e condicionamento físico para muitas unidades de polícia e suas equipes de operações táticas, unidades de operações especiais militares, atletas de artes marciais, de atletas de elite e profissionais do mundo inteiro.

Trata-se de um conjunto de disciplinas que combina condicionamento aeróbico, pliométricos, treinamento de velocidade, exercícios com o peso do próprio corpo, halterofilismo, ginástica, juntamente com alguns outros elementos de outras escolas, como ‘kettlebells’, subidas em corda, virar grandes pneus e dar marretadas, em WODs (treinos do dia) diários.

O ‘mantra’ do CrossFit é similar ao das forças especiais: preparar o corpo e a mente “não somente para o conhecido, mas também para o desconhecido”.

Tem como foco o trabalho cardiovascular intenso e o treinamento de força. A frequência cardíaca permanece elevada durante toda a sessão de exercícios, o que promove o aumento de resistência e VO2 Máximo.

Incrementa a flexibilidade e a mobilidade das articulações, resultado da variedade de movimentos prescritos no WOD.

Ainda, ao aprender as formas corretas de se levantar pesos a partir do chão e de mantê-los acima da cabeça, seu risco de lesão nas atividades cotidianas diminuiu significativamente.

A atmosfera do CrossFit promove trabalho em equipe, com todos apoiando e incentivando a todos, criando um ambiente cooperativo.

Os exercícios combinam elementos de explosão muscular feitos em formato de circuito: um exercício seguido do outro, com muito pouco descanso entre eles. Os principais exercícios envolvem todo o corpo e incluem empurrar, puxar, correr, remar e agachar, demandando um ambiente e equipamentos próprios e dedicados.

Em face dos argumentos acima mencionados, o CrossFit é a modalidade esportiva de escolha para o trabalho muscular integrado e holístico, com desenvolvimento de conexões neuromusculares responsáveis por movimentos complexos e coordenados. Além de desenvolver, potência e resistência.

2.4. As missões das forças especiais dependem da solução de crises, com intervenções rápidas e eficazes, que requerem coordenação e reflexos aguçados.

Quando os conflitos entre as forças policiais e as forças agressoras se dão em ambientes confinados, em última instância, a solução do embate a curta distância poderá evoluir para um combate corpo a corpo.

Essa transição tem que ser instintiva, e a prática das formas mais eficientes de lutas, como o Jiu-Jitsu, o Judô, o Karatê, o Muay Thai, o Boxe etc., podem ser literalmente vitais para o sucesso dos policiais.

A qualidade do espaço e dos equipamentos, para o devido treinamento, são fundamentais para o desenvolvimento das técnicas de lutas mais refinadas e efetivas.

2.5. Atualmente, a sala de musculação do Comando dispõe de equipamentos que não atendem aos princípios de ergonomia e biomecânica nem às necessidades provocadas pela alta exigência do treinamento de alto rendimento dos operadores do COT. Além disso, o uso constante e frequente, aliado à falta de qualidade do material anteriormente lícitado, tornou ainda mais precário o estado do maquinário atual, trazendo riscos à integridade física de seus usuários.

2.6. Atualmente, o espaço de lutas no COT, está resumido a um espaço confinado sobre uma superfície improvisada, de lona sobre cama de borracha triturada. A superfície e a estrutura de amortecimento não são ideais para práticas mais intensas nem há espaço para acomodar mais acessórios para os treinamentos de todas as lutas praticadas pelos servidores das equipes. Por esse motivo, listamos pisos apropriados para a

nova área dedicada à prática de defesa pessoal, assim como assessórios para prática das diversas modalidades de luta.

2.7. Os poucos equipamentos para a prática do CrossFit disponíveis no COT, não são suficientes para atender à demanda do efetivo. Para a complementação desses itens existentes, foram elencados neste Termo de Referência, os demais equipamentos comumente utilizados em 'boxes de CrossFit', necessários para a execução dos WODs (Treinos do Dia).

2.8. Uma análise prévia nos permitiu concluir que, com a construção da nova sede do COT, que reserva dois espaços dedicados a atividades físicas, um voltado ao treinamento resistido (musculação) e outro à prática de CrossFit e de lutas, faz-se necessário o reaparelhamento do complexo, sendo recomendada substituição dos equipamentos atuais por outros mais modernos, de melhor qualidade e que atendam aos princípios de ergonomia e biomecânica, além da complementação com outros equipamentos que se faziam necessários.

2.9. O nível de exigência dos equipamentos por parte dos operadores do COT é sempre bastante elevado, por se tratarem de profissionais com alto desempenho atlético, o que justifica a demanda por equipamentos de grande robustez e capacidade de carga (ou velocidade), alta qualidade e precisão, assim como ergonomia adequada e biomecânica eficaz. Como os equipamentos serão utilizados sempre em alto grau de esforço, esses atributos são essenciais para garantir a durabilidade do equipamento e evitar lesões dos policiais. Portanto, a qualidade do movimento do equipamento será levada em conta na avaliação de cada item.

2.10. Os equipamentos, suportes e acessórios definidos nas especificações técnicas são acompanhados de modelo(s) de referência, os quais estabelecem um padrão de qualidade, engenharia e biomecânica que deverão ser observados na avaliação dos itens vencedores.

2.11. Com a implantação dos ambientes de CrossFit, de musculação e de lutas, o COT passará a oferecer uma solução completa e integrada para o desenvolvimento físico e técnico dos operadores, garantindo as melhores condições para o desempenho de suas atividades operacionais, aumentando a expectativa de sucesso das missões mais exigentes. Por outro lado, essas instalações poderão também ser utilizadas pelos demais policiais federais lotados nas unidades da Polícia Federal situadas no Setor Policial Sul.

2.12. Por fim, as vantagens advindas para o Comando de Operações Táticas serão as melhores condições de trabalho para os operadores e demais policiais lotados no COT/DIREX/PF/PF, além de uma melhora na qualidade do treinamento e do condicionamento físico desses servidores, vitais para o desenvolvimento dos demais trabalhos técnicos e táticos deste Comando.

Da justificativa dos elementos técnicos exigidos

2.13. Os elementos técnicos descritos neste Termo de Referência e seus Anexos são os mínimos necessários para assegurar que a aquisição se dê de forma satisfatória, com as mínimas condições técnicas e de qualidade exigidas e, ainda, assegurar o gasto racional dos recursos públicos.

Da justificativa do quantitativo

2.14. Os quantitativos estão representados no Anexo I - B neste Termo de Referência e foram estimados com base nas demandas do COT/PF, assim como da criação de novos ambientes como decorrência da ampliação das instalações de sua sede.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. *O objeto deste instrumento pode ser considerado como bem comum, pois, conforme prevê o parágrafo único do Art. 1º da Lei nº 10.520/02, a classificação do bem ou o serviço será comum quando for possível estabelecer, para efeito de julgamento das propostas, mediante especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto e descritos de forma objetiva no instrumento convocatório, não acarretando prejuízos à qualidade dos serviços e, tampouco, ao interesse público.*

3.2. *A licitação, dessa forma, para a aquisição do objeto deste Termo de Referência, será realizada por meio da modalidade de licitação Pregão Eletrônico, do tipo de menor preço, na forma prevista no art. 45, §1º, I da Lei nº 8.666/93.*

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

Da Entrega

- 4.1. Os equipamentos deverão ser entregues no Comando de Operações Táticas da Polícia Federal - COT/DIREX/PF, localizado no SAIS Área Especial - Lotes 23/27 - Setor Policial Sul, Brasília/DF, CEP 70610-200.
- 4.2. O prazo para entrega dos equipamentos é de até 120 (cento e vinte) dias corridos, contados a partir da emissão da Nota de Empenho e encaminhamento da Ordem de Fornecimento, conforme modelo constante do Anexo I-C.
- 4.3. Os equipamentos deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, conforme as condições e especificações descritas neste instrumento e em todos os seus Anexos, bem como na proposta de preços apresentada, dentro do horário de expediente da Contratante.
- 4.4. A Contratada deverá comunicar, formalmente, a Contratante com 72h de antecedência, a data e o horário previsto para a entrega dos equipamentos.
- 4.5. O equipamento entregue deverá ser novo, assim considerado o de primeiro uso, e estar devidamente acondicionado e acompanhado da respectiva Nota Fiscal, a qual deverá indicar o número do contrato firmado com a COAD/DLOG/PF.

Dos Critérios de Aceitação

- 4.6. A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada por comissão designada pelo Coordenador do COT/DIREX/PF, a qual deverá ter como parâmetro as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência e seus Anexos para a avaliação do material recebido
- 4.7. A comissão deverá proceder ao registro de todas as ocorrências e adotar as providências necessárias ao fiel cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, conforme os termos deste Termo de Referência e seus Anexos.
- 4.8. A presença da fiscalização da Contratante não elide nem diminui a responsabilidade da Contratada.
- 4.9. Caberá à fiscalização rejeitar e solicitar a substituição de bens que não sejam comprovadamente novos, assim considerados os de primeiro uso, devendo a contratada efetuar sua substituição em até 72 (setenta e duas) horas.
- 4.10. Os bens serão recebidos **provisoriamente**, no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar da data de entrega dos equipamentos na sede do COT/DIREX, pela comissão responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante Termo de Recebimento Provisório assinado pelas partes.
- 4.10.1. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 4.11. Os bens serão recebidos **definitivamente**, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade e consequente aceite, mediante Termo de Recebimento Definitivo assinado pelas partes.
- 4.11.1. Na hipótese de verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 4.12. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 4.13. Com o intuito de aferir a qualidade e a funcionalidade dos produtos ofertados, e sua aderência às especificações requeridas, a empresa vencedora deverá apresentar no ato da entrega a documentação técnica comprovando as características exigidas para o item, através de atestados dos fornecedores das matérias primas e de relatórios técnicos realizados por laboratórios ou institutos credenciados oficialmente

no Brasil, ou no país de origem do equipamento, de testes e ensaios de carga ou esforço, caso haja alguma especificação para o item.

Das Características Técnicas

4.13. Os produtos cotados deverão obedecer aos princípios de qualidade, durabilidade, ergonomia e biomecânica. Caso não haja observância deste item o equipamento ofertado para o item deverá ser desclassificado;

4.14. Os equipamentos ofertados deverão ser produtos comerciais, cujo modelo venha sendo utilizado continuamente em academias comerciais, ou instalações policiais ou militares, por pelo menos cinco anos. A razão dessa exigência é garantir que o equipamento esteja apto ao uso intenso e continuado sem perder sua eficiência mecânica ao longo dos anos. Portanto, não serão admitidos protótipos. Novos modelos de equipamentos (que venham substituir linha de produtos da mesma marca, já estabelecidos no mercado e testados exaustivamente em academias e centros de treinamento, ou modelos completamente novos na linha da empresa), ou novas tecnologias, deverão ser avaliadas previamente por comissão ou servidor do COT responsável pela fiscalização e avaliação dos equipamentos em relação às expectativas de engenharia, biomecânica e qualidade esperadas e demandadas pelos servidores do COT.

4.15. No caso dos equipamentos de musculação, especificamos, sempre que possível / disponível, equipamentos com braços articulados carregados por anilhas com furação olímpica ('plate loaded'), frente aos modelos com a mesma função, mas com sistemas de acionamento com cabos e roldanas e carregados por torres de peso com seletor (seletorizados). Os equipamentos com braços articulados carregados por anilhas apresentam um mecanismo mais simples e robusto, geralmente somente uma alavanca articulada, onde as anilhas olímpicas são encaixadas na ponteira de carregamento de 2 polegadas de diâmetro de forma a gerar a resistência desejada, garantindo uma menor perda da força aplicada pelo atleta e uma maior durabilidade do equipamento, com menos manutenção e reparos. Os mecanismos dos equipamentos com torres de peso com seletor implicam em dispersão da força aplicada, devido ao atrito entre cabos, polias etc., e maior manutenção com o passar dos anos, devido ao desgaste dessas peças móveis. Outra vantagem é que os equipamentos com braços articulados carregados por anilhas permitem uma maior flexibilidade na escolha do peso, e geralmente permitem uma carga máxima maior do que o correspondente com torres de peso e seletor.

4.16. Quando não especificado, devem ser seguidas as seguintes especificações mínimas, para os equipamentos de musculação:

4.16.1. A estrutura metálica deverá ser constituída em aço ASTM A-500, parede de 3mm de espessura, sendo os insertos e auxílios para montagem de polias, mancais e outros em laminados ASTM A-36, com resistência adequada às solicitações envolvidas, bem como aos fatores de fadiga, presentes no uso exaustivo ao longo de sua vida útil, ou constituída de materiais com qualidade similar ou superior. As partes cromadas deverão sofrer depósitos em cromo após polimento, além de uma camada em cobre eletrolítico e níquel, de maneira a assegurar uma capa de proteção resistente e duradoura, ou sofrer outros processos que garantam qualidade similar ou superior. Os elementos de fixação, como parafusos de grau 5 (ou superior), estojos, porcas entre outros deverão ser de alta resistência, proporcionais à carga à qual estarão sujeitas, e em aço, garantindo segurança e estabilidade da estrutura, ou em materiais com qualidade similar ou superior. Deverão ser empregadas, nos locais de maior risco, arruelas de pressão e porcas auto blocantes (tipo 'Parlock'), evitando assim a possibilidade de afrouxamento. Nas unidades de força do equipamento (porção do equipamento que deverá ser mais rígida e apresentar comportamento de conjunto) as uniões dos elementos metálicos deverão ser feitas por soldas, que deverão apresentar uma emenda contínua e sem falhas, sem bolhas ou indícios de corrosão ou oxidação, nem sinais de enfraquecimento dos elementos metálicos, podendo ser feitas pelos processos TIG ou MIG.

4.16.2. A pintura dos elementos estruturais metálicos deverá ser tratada por meio de banhos químicos sucessivos e especiais, garantindo assim a inibição de qualquer processo ativo de corrosão nos elementos tubulares, ou tratamento com qualidade similar ou superior. Após o tratamento químico, deverá proceder-se a pintura por processo eletrostático a pó, seguida de sua polimerização, para garantir alta qualidade, durabilidade e aspecto uniforme. Para promover um mínimo de padronização dos equipamentos na sala de

musculação, uma vez que poderá haver mais de um fornecedor, a pintura das estruturas deverá ser na cor cinza metalizado, com acabamento protetivo brilhante.

4.16.3. Nos equipamentos seletorizados [com torres (colunas) de peso e pino seletor], os cabos de aço deverão possuir proteção termoplástica (nylon) do tipo 6 x 37 AF, resistentes ao uso contínuo do aparelho, ou materiais que garantam qualidade similar ou superior, e resistência para suportar tração de ao menos 1600 kg. Os cabos deverão possibilitar o ajuste de tensão. As polias e mancais deverão ser fabricadas em termoplástico especial (poliamida), ou nylon de alta resistência, com canais profundos, e munidas de rolamentos blindados do tipo SKF ZZ de dupla vedação, ou em materiais com qualidade similar ou superior. Os acabamentos deverão ser fabricados em material flexível de fácil adaptação. As placas de peso deverão ser fabricadas em ferro fundido cinzento com pintura vinílica. As hastes de guia das placas deverão ser em aço inoxidável ASTM A 240 GR 304 polido, garantindo ao sistema de pesos deslizamento macio e com menor coeficiente de atrito, ou em material com qualidade similar ou superior. As colunas deverão apresentar carenagem construída em chapa de aço de 2mm com aproximadamente 800mm de altura, conferindo ao aparelho maior segurança, ou em material com qualidade similar ou superior e os pinos de gatilho deverão ser usinados em aço.

4.16.4. Nos equipamentos com braços articulados, os pontos pivô e juntas deverão utilizar rolamentos automotivos superdimensionados, duplamente selados de auto alinhamento, ou mancais deslizantes, utilizando buchas de bronze impregnadas de lubrificante ou buchas de nylon pré-lubrificadas, e devem ser posicionados de forma a permitir a execução perfeita dos movimentos. Não serão aceitos equipamentos, que apresentem, por falha de projeto ou problema de montagem, folga excessiva na face da articulação no rolamento, deformação anormal do braço da articulação, movimentos indesejados na direção do eixo articulação, ou outras anomalias que provoquem consequentemente a perda de eficiência mecânica, resistência extra, ou stress dos materiais com a fadiga da articulação e/ou do braço, e que resultariam em quebra, dano ou desregulagem do mecanismo.

4.16.5. O estofado deverá ser confeccionado sobre compensado virola do tipo naval de ¾ de polegada (ou outro material de igual ou superior resistência e durabilidade), cobertos com espuma de uretano 3D automotiva moldada de alta densidade (D-80), resistente a eventuais deformações permanentes. Os revestimentos empregados deverão ser em tecidos vinílicos duráveis do tipo Naugahyde, Boltaflex (ou equivalente, ou melhor), na cor preta, e deverão ter as seguintes características: Fáceis de limpar, retardante de chamas; excelente resistência a manchas; alta resistência a abrasão e ao uso intenso; apresentar resistência à descoloração e à deterioração provocada por raios UV; 100% impermeável; resistente a óleo e graxa; resistente a mofo e bolor; resistente contra as seguintes bactérias: Bacillus Cereus, Proteus Vulgaris, Bacillus Mycoides, Pseudomonas Aeruginosa, Bacillus Subtilis, Salmonella Choleraesuis, Enterococcus Faecalis, Salmonella Typhimurium, Escherichia Coli, Staphylococcus Aereus, e Klebsiella Pneumoniae. Nos acolchoados cilíndricos, as extremidades deverão ter acabamento de qualidade, com tampas em metal ou plástico rígido resistente, que arremate completamente as costuras e as extremidades dos tubos de aço do eixo, para preservação do conjunto e para proteção dos usuários.

4.16.6. Os sistemas de regulagem de altura, de inclinação, ou de profundidade dos assentos deverão ter dispositivos intuitivos, simples, sem peças que possam ser removidas e, consequente, perdidas, dando-se preferência por sistema com pino de trava de engate rápido não removível com acionamento por mola, ou pantográfico, ou de cremalheira. Os estágios dessas regulagens, depois de selecionada a altura, a distância ou a inclinação desejada, deverão permanecer estáveis, sem folgas, oferecendo segurança e conforto ao usuário.

4.16.7. As manoplas (empunhaduras, alças de manipulação) de todas as barras que tiverem como objetivo o descanso, a manipulação, ou o agarre das mãos, deverão ser feitos em composto de termo borracha extrudada de dureza 60, resistente a desgastes e rasgos, que não deformam, que não saem do lugar e que não absorvam o suor e que apresente boas características de fricção em condições secas e molhadas, podendo ser fixados com anéis de alumínio (ou material de equivalente acabamento e resistência) para evitar que se desloquem durante o uso, ou em sua totalidade em metal com formato e textura que permitam uma empunhadura firme, confortável e anatômica.

4.16.8. Os equipamentos deverão apresentar placas indicativas com o nome do equipamento e instruções básicas de uso e segurança.

4.16.9. Para Equipamentos de Treinamento de Força Externamente Carregados, Bancos para Treinamento de Força e Equipamentos de Armazenagem Externa de Peso, apresentar certificado de conformidade com as normas ASTM F2276-10 (Especificação Padrão para Equipamentos de Fitness - *Standard Specification for Fitness Equipment*), em conjunto com a ASTM F3104-14 (Métodos de Teste Padrão para Avaliação do Projeto e das Características de Desempenho de Equipamentos de Treinamento de Força Externamente Carregados, Bancos para Treinamento de Força e Equipamentos de Armazenagem Externa de Peso - *Standard Test Methods for Evaluationg Design and Performance Characteristics of Externally Loaded Strength Training Equipment, Strength Training Benches and External Weight Storage Equipment*), com a ASTM F3105-14 (Especificações Padrão para Equipamentos de Treinamento de Força Externamente Carregados, Bancos para Treinamento de Força e Equipamentos de Armazenagem Externa de Peso - *Standard Specification for Externally Loaded Strength Training Equipment, Strength Training Benches and External Weight Storage Equipment*) e com a ASTM F1749 (Especificações para Sinalização e Rótulos para Equipamentos e Ambientes de Fitness - *Specification for Fitness Equipment and Fitness Facility Safety Signage and Labels*), e/ou com a norma EM 957-1 (Equipamento de Treinamento Estacionário - *Stationary Training Equipment*), ou equivalentes.

4.16.10. Para Equipamentos de Treinamento de Força Seletorizados, apresentar certificado de conformidade com as normas ASTM F2276-10 (Especificação Padrão para Equipamentos de Fitness - *Standard Specification for Fitness Equipment*), em conjunto com a ASTM F2216 (Especificações para Equipamentos de Força Seletorizados - *Specification for Selectorized Strength Equipment*), e/ou com a norma EM 957-1 (Equipamento de Treinamento Estacionário - *Stationary Training Equipment*), ou equivalentes.

5. DA GARANTIA

O licitante deverá ofertar as seguintes condições de garantia:

5.1 Aparelhos de Musculação e acessórios:

Estrutura metálica 5 (cinco) anos; Pintura 1 (um) ano; Cromo 1 (um) ano; Cabos 1 (um) ano; Estofados 1 (um) ano; Polias e Mancais 1 (um) ano; Rolamentos 1 (um) ano e demais componentes 1 (um) ano.

5.2 Esteiras e Escadas Elétricas:

Motor e estrutura 5 (cinco) anos e demais componentes 2 (dois) anos.

5.3 O Fabricante deverá garantir o reparo e/ou substituição, sob suas expensas, dos equipamentos em que se constatar defeito de projeto ou fabricação, durante o período especificado nos subitens 7.1 e 7.2 e por um período de 12 (doze) meses para os demais equipamentos contados do recebimento definitivo do objeto.

5.3.1 Garantia que compreenda a substituição, sem ônus, das peças e das partes defeituosas, exceto quando o defeito for provocado por uso inadequado dos equipamentos, fato este devidamente comprovado através de processo apartado.

5.4 Após qualquer reparo realizado, deverá ser elaborado o relatório técnico correspondente, registrando os horários de início e término do atendimento, defeitos apresentados, ações corretivas, identificação do funcionário e quaisquer outras anotações pertinentes.

5.5 Durante todo o período de garantia dos equipamentos, a licitante deverá oferecer assistência técnica dos equipamentos em Brasília.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

6.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

Do Pagamento

6.3. O pagamento será efetuado conforme demanda efetivamente executada, nas quantidades determinadas em cada solicitação, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura e após o recebimento definitivo dos bens.

6.4. O pagamento será creditado em favor da Contratada por meio de ordem bancária contra a entidade

bancária indicada em sua proposta devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, o qual ocorrerá em até 15 (quinze) dias corridos, após aceite e atesto pela fiscalização desta Diretoria designada para esse fim.

6.5. Previamente a cada pagamento, a Contratante realizará consulta “on-line” ao CADIN e ao SICAF para verificação da sua regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária. Caso fique constatado o vencimento das guias de recolhimento do FGTS e da Previdência Social, a Contratada deverá apresentar, no prazo constante da solicitação feita pela Administração, a sua regularização.

6.6. Em caso de irregularidade junto ao SICAF, a Contratante notificará a Contratada para que sejam sanadas as pendências no prazo de até 05 (cinco) dias.

6.7. Serão retidas na fonte e recolhidas previamente aos cofres públicos as taxas, impostos e contribuições previstas na legislação pertinente, cujos valores e percentuais respectivos deverão estar discriminados em local próprio do documento fiscal de cobrança.

6.8. No caso de situação de isenção de recolhimento prévio de algum imposto, taxa ou contribuição, deverá ser consignada no corpo do documento fiscal a condição da excepcionalidade, o enquadramento e fundamento legal, acompanhado de declaração de isenção e responsabilidade fiscal, assinada pelo representante legal da empresa, com fins específicos e para todos os efeitos, de que é inscrita e/ou enquadrada em sistema de apuração e recolhimento de impostos e contribuições diferenciado, e que preenche todos os requisitos para beneficiar-se da condição, nos termos da lei.

6.9. Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na Contratante em favor da Contratada. Caso esse valor seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativa ou judicialmente, se necessário.

6.10. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, ficará convencionada a taxa de encargos moratórios devidos pela Contratante entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:
 $EM = I \times N \times VP$

Onde:

EM = Encargos Moratórios.

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

VP = Valor da parcela pertinente a ser paga.

TX = Percentual da taxa anual = 6% (seis por cento).

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = (TX/100)/365 \rightarrow I = (6/100)/365 \rightarrow I = 0,00016438$$

5.11.1 A compensação financeira prevista nesta condição será cobrada em Nota Fiscal/Fatura, após a ocorrência.

6.11. Se no ato da entrega e/ou aceitação dos equipamentos forem identificadas imperfeições e/ou divergências em relação às especificações técnicas contidas neste instrumento e seus anexos, ficará desde já reservado à Contratante o direito de suspender o pagamento até a regularização da situação.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Manter-se, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.2. Fornecer os materiais dentro dos parâmetros de rotinas estabelecidos neste Termo de Referência e todos seus Anexos.

7.3. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, e mediante Termo Aditivo, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, de acordo com os §§ 1º e 2º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

7.4. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, inclusive aquelas com deslocamento dos técnicos enquanto perdurar a vigência da garantia, sem qualquer ônus à Contratante.

7.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização e ao acompanhamento da Contratante.

7.6. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas seus empregados quando em serviço, por tudo quanto as leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício das atividades.

- 7.7. Dar ciência à Contratante, imediatamente, por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução do Contrato.
- 7.8. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela Contratante quanto à execução do contrato.
- 7.9. Acatar as orientações da Contratante, sujeitando-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações formuladas.
- 7.10. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da Contratante não eximirá a Contratada de total responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes.
- 7.11. Responsabilizar-se por todo e qualquer dano que venha a causar durante a entrega e instalação do material (vidros, pisos, revestimentos), assumindo todo o ônus e a execução dos respectivos reparos ou substituições, recompondo os locais porventura afetados, conferindo o padrão já adotado pela Contratante.
- 7.12. Entregar os equipamentos nas quantidades e prazos pactuados, de acordo com as exigências e especificações constantes neste Termo de Referência e seus Anexos.
- 7.13. Substituir imediatamente e sem qualquer ônus para a Contratante, o equipamento entregue em que for verificada divergência com as especificações descritas neste Termo de Referência e seus Anexos, sujeitando-se às penalidades cabíveis.
- 7.14. Arcar com as despesas decorrentes da entrega do material, bem como da sua devolução, caso não seja aceito pela Contratante.
- 7.15. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 7.16. Acondicionar o material em embalagem com resistência compatível com o transporte adotado.
- 7.17. Cumprir as disposições do Código de Defesa do Consumidor - Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.
- 7.18. Respeitar as normas e os procedimentos de controle de acesso às dependências da Contratante.
- 7.19. A Contratada deverá, obrigatoriamente, disponibilizar um encarregado para acompanhar a execução dos serviços de montagem, bem como para ser o interlocutor com a Fiscalização do Contrato.
- 7.20. Realizar a entrega do material estritamente de acordo com as especificações, bem como no Edital a que se vincula.
- 7.21. Responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados à Contratante, por dolo ou culpa, desde que devidamente comprovada.
- 7.22. Manter, durante a vigência do Contrato, as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando, sempre que exigido, os comprovantes de regularidade fiscal.
- 7.23. Responsabilizar-se pela limpeza do local onde ocorrerão os serviços, recolhendo todos os materiais reaproveitáveis a locais designados pela fiscalização. Nenhum material poderá ser deixado nas áreas de circulação após as 18 horas.
- 7.24. Providenciar, por sua conta, a remoção diária de entulhos decorrentes dos serviços.
- 7.25. Recolher, em recipientes apropriados, os materiais considerados como não aproveitáveis e o entulho, os quais deverão ser destinados às instituições credenciadas para coleta seletiva, sob responsabilidade da Contratada, no prazo máximo de 24 horas após a conclusão dos serviços.
- 7.26. Os serviços de corte para ajuste de peças e componentes do equipamento, com uso de ferramentas que causem ruídos (serra), produzam sujeira, ou emanem fortes odores (cola, pintura), deverão ser feitos em espaço apropriado para tal finalidade, a ser indicado pela fiscalização.
- 6.27.1. Tal obrigação é decorrente da necessidade de se manter a qualidade do ar condicionado e a normalidade dos trabalhos nos ambientes próximos aos locais sob intervenção.
- 7.27. Sinalizar ou isolar, conforme o caso, convenientemente o local de trabalho, objetivando dar segurança aos seus funcionários, aos servidores ou a terceiros, adotando todas as medidas de prevenção de acidentes recomendadas pela legislação vigente.
- 7.28. Fornecer a seus empregados os Equipamentos de Proteção Individual – (EPIs) – requeridos para o desempenho de cada atividade e zelar para que sejam efetivamente utilizados.
- 7.29. Manter, por sua conta, profissionais para executar a limpeza das áreas onde serão instalados os equipamentos, removendo embalagens, peças e fuligens, de modo a minimizar os transtornos à rotina do COT/DIREX/PF, utilizando todos os instrumentos e produtos básicos necessários para o fim.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

9. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. CONTROLE DA EXECUÇÃO

10.1. Os equipamentos serão solicitados à Contratada pelo COT/DIREX/PF, por meio da emissão de Ordem de Fornecimento – OF, modelo constante no Anexo I-C, deste Termo de Referência, a qual conterá sua especificação e quantidade.

10.2. Após a emissão da Ordem de Fornecimento – OF, pela Contratante, dar-se-á início a contagem do prazo de entrega do equipamento.

10.3. A execução e montagem dos equipamentos obedecerão rigorosamente:

10.3.1. As normas e especificações constantes no presente Termo de Referência e seus Anexos;

10.3.2. As prescrições e recomendações dos fabricantes;

10.3.3. As normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT;

10.3.4. As normas da Contratante;

10.3.5. A Lei n.º 8.666, de 21.06.93;

10.3.6. Leis, normas e regulamentos, inclusive os de segurança pública, de empresas concessionárias de serviços públicos e do Corpo de Bombeiros Militar/DF;

10.3.7. As disposições governamentais legais que forem pertinentes;

10.3.8. Demais condições e/ou exigências contidas no Edital e seus Anexos;

10.3.9. As normas da ABNT, no que couber, e em conformidade com as edições mais recentes.

10.4. A empresa contratada poderá, quando do recebimento da Ordem de Fornecimento - OF, realizar vistoria nos locais onde serão desenvolvidos os serviços de montagem e instalação dos equipamentos, para conhecimento das condições ambientais e técnicas dos espaços físicos disponíveis.

10.5. O COT/DIREX/PF partirá do princípio de que a contratada está ciente das condições de trabalho e quantitativos estimados. Não serão aceitas, em hipótese alguma, reclamações advindas de dificuldades técnicas não previstas.

10.6. Toda e qualquer dúvida deverá ser esclarecida previamente com a Fiscalização, que se encontrará à disposição da empresa, antes da confecção e montagem dos equipamentos.

10.7. Para a realização dos serviços de confecção e montagem, será emitida Ordem de Fornecimento à empresa, sendo que o tipo de equipamento a instalar, bem como o respectivo quantitativo, será de acordo com as necessidades da contratante.

10.8. Os serviços de montagem dos equipamentos serão executados, preferencialmente, durante o horário de expediente, das 08:00 às 18:00 horas, podendo, a critério do COT/DIREX/PF, ser deslocados para outros horários, noturno ou dias não úteis, caso a sua realização possa acarretar prejuízos ao normal desenvolvimento dos trabalhos da Contratante, sem ônus adicionais ao contrato.

10.9. Para fins da execução dos serviços de instalação e montagem, a empresa alocará, nas dependências da Contratante, recursos humanos de seu quadro, nas quantidades mínimas suficientes para a eficiência dos serviços.

10.10. Correrão por conta e risco da empresa a substituição de materiais, peças e equipamentos em desacordo com as especificações e/ou considerados impróprios pela fiscalização do COT/DIREX/PF.

10.11. Caso haja a recusa de algum material, peça ou equipamento, por parte do COT/DIREX/PF, a empresa deverá retirá-lo no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

10.12. A execução dos serviços de instalação e montagem deverá seguir, obrigatoriamente, as Especificações Técnicas constantes do Anexo I-A e os Quantitativos do Anexo I-B, constantes em cada Ordem de Fornecimento.

10.13. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.13.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

10.14. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus

agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.15. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

11.1.1. Não executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

11.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

11.1.3. Fraudar na execução do contrato;

11.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

11.1.5. Cometer fraude fiscal;

11.1.6. Não manter a proposta.

11.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

11.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

11.2.2. Multa moratória de 0,2 % (zero vírgula dois décimos por cento) por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, até o 30º (trigésimo) dia, sem prejuízo das demais penalidades;

11.2.3. Multa indenizatória de 10% (dez por cento) por dia de atraso no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, após o 30º (trigésimo) dia, limitada ao percentual de 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais penalidades;

11.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

11.2.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

11.2.6. Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

11.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

11.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas e os profissionais que:

11.3.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

11.3.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

11.3.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

11.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. DA PROPOSTA DE PREÇOS

11.1. A proposta de preços deverá ser apresentada de forma detalhada, contendo as quantidades de equipamentos requeridos neste Termo de Referência e seus Anexos, com preço unitário e total em moeda nacional, já incluídos os tributos, fretes e todos os demais custos que incidam direta ou indiretamente no seu fornecimento e, ainda:

- 12.1.1. Razão social, CNPJ, inscrição estadual, o número da licitação, dia e hora, endereço completo, o número do telefone, fac-símile e endereço eletrônico;
- 12.1.2. Detalhamento das especificações do equipamento, tais como: marca, modelo, tipo, dimensões, fabricante e outros elementos que de forma inequívoca identifiquem e constatem as suas características, bem como as especificações dos serviços executados;
- 12.1.3. Prazos de garantia e de entrega do equipamento, conforme disposto neste Termo de Referência e seus Anexos;
- 12.1.4. Validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias;
- 12.1.5. Número da conta corrente, agência, localidade e nome do banco do fornecedor;
- 12.1.6. Declaração expressa de que o equipamento é novo e de primeiro uso;
- 12.1.7. Declaração expressa se comprometendo a efetuar a substituição imediata de todo e qualquer material que durante o período de garantia venha a apresentar defeito;
- 12.1.8. Declaração de que só substituirá materiais, peças e componentes recomendados pelo fabricante.

13. DA VISTORIA TÉCNICA

13.1. Será possibilitada aos licitantes uma vistoria nos locais onde serão desenvolvidos os serviços para conhecimento das condições ambientais e técnicas. Ainda que a vistoria não seja obrigatória, os licitantes não poderão usar do argumento de não a terem feito para justificar quaisquer falhas ou omissões em suas propostas, nem para se eximirem de responsabilidades durante a vigência do contrato. Recomenda-se que a vistoria técnica seja efetuada por um técnico especializado no assunto.

13.2. A vistoria deverá ser agendada exclusivamente por meio do endereço eletrônico cot@dpf.gov.br e deverá ser realizada até 24 (vinte e quatro) horas antes da abertura da licitação, para que haja prazo para o saneamento de possíveis questionamentos.

12.2.1. Os horários disponíveis para a realização da vistoria serão informados aos licitantes pela área técnica deste COT/DIREX/PF.

13.3. No momento da realização da vistoria, o profissional deverá apresentar documento oficial de identidade acompanhado de comprovante de qualificação profissional, juntamente com uma carta de apresentação da empresa, devidamente assinada pelo representante legal.

13.4. Após a Vistoria Técnica, será emitida a Declaração de Vistoria, assinada pelo responsável da empresa e visada pela Contratante, a qual deverá compor, obrigatoriamente, os documentos de habilitação da empresa por ocasião da licitação, conforme modelo constante no Edital.

14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da contratação objeto desta licitação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União para o exercício de 2017, a cargo do COF/DLOG/PF, cujos programas de trabalho e elemento de despesas específicos constarão da respectiva Nota de Empenho.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente administrativo da Contratante.

15.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 8.666/93, com suas posteriores alterações, e legislação correlata.

15.3. Fazem parte deste Termo de Referência:

- 15.3.1. - ANEXO I-A – Das Especificações;
- 15.3.2. – ANEXO I-B – Dos Quantitativos;
- 15.3.3. – ANEXO I-C – Modelo de Ordem de Fornecimento/Serviço – OF;
- 15.3.4. – ANEXO II – Valores Máximos Admissíveis;
- 15.3.5. – ANEXO III – Modelo de Proposta Comercial;

- 15.3.6. – ANEXO IV – Modelo de Declaração de Vistoria.
15.3.7. – ANEXO V – Minuta da Ata de Registro de Preços.
15.3.8. – ANEXO VI – Minuta do Contrato.

Brasília-DF, ____ de _____ de 2017.

APF Fernando Quelho Kaiser Saliba
Matrícula 13.678

De Acordo:

MARCOS FERREIRA DOS SANTOS
Delegado de Polícia Federal
Coordenador do COT

Aprovo:

SANDRO TORRES AVELAR
Delegado de Polícia Federal
Diretor Executivo



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS FERREIRA DOS SANTOS, Delegado(a) de Polícia Federal**, em 30/11/2017, às 17:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO QUELHO KAISER SALIBA, Agente de Polícia Federal**, em 01/12/2017, às 13:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4839986** e o código CRC **512CB461**.